

## A PERSPECTIVA DE OBSERVAÇÃO NO PRIMÁRIO

Jorge Alexandre dos Santos Gaspar<sup>1</sup>  
Lucia Maria Aversa Villela<sup>2</sup>

### RESUMO

Durante a primeira metade do século XX, o ensino de Desenho Escolar sempre fez parte dos programas do Ensino Primário do Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal. Sendo influenciadas pela visão educacional de Rui Barbosa, as leis entre 1890 e 1925 indicavam a utilização do método intuitivo nas escolas. Em 1932, as propostas dos Pioneiros da Escola Nova levaram o ensino de Desenho Escolar a procurar um caminho que direcionasse os alunos a uma educação dinâmica. Assim apresentamos uma breve análise da obra “Perspectiva de Observação: para uso dos professores e alunos das escolas primarias, secundarias, normais e profissionais”, de 1936, livro que compunha a coleção FTD, em que estas propostas estão presentes.

**Palavras-chave:** Desenho. Livros didáticos. História da Educação Matemática.

### ABSTRACT

During the first half of the 20th century, the teaching of School Drawing always was part of the programs of the elementary school of Rio de Janeiro, former Federal District. Being influenced by the educational vision of Rui Barbosa, the laws between 1890 and 1925 indicated the use of intuitive method in schools. In 1932, the proposals of the pioneers of the new school took the drawing School education to seek a way that directed the students to a dynamic education. So we present a brief analysis of the work "observation: Perspective for the use of teachers and alumnos of the elementary, secondary, normal and professionals schools", of 1936, book that tied the collection FTD, in which these proposals are present.

**Keywords:** Drawing. Textbooks. History of mathematics education.

## HISTÓRICO INICIAL DO DESENHO ESCOLAR NO PRIMÁRIO

O fim do século XIX e a primeira metade do século XX caracterizaram-se como sendo momentos importantes na história do Brasil, bem como na educação brasileira. Ao longo desse período várias legislações educacionais foram publicadas e implementadas. Eis alguns dos instrumentos governamentais surgidos nesse intervalo de tempo que regularam o ensino no Brasil: a Reforma Benjamim Constant (Brasil,

---

<sup>1</sup> Docente do Centro Universitário Celso Lisboa e da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. E-mail: [jorge-gaspar@oi.com.br](mailto:jorge-gaspar@oi.com.br)

<sup>2</sup> Pesquisadora do GHEMAT. E-mail: [lucivillela@globo.com](mailto:lucivillela@globo.com)

Decreto 981, de 8 de novembro de 1890), a Reforma João Alves<sup>3</sup> (Brasil, Decreto 16.782 A, de 13 de janeiro de 1925), o conjunto de leis publicada entre 1931 e 1932 conhecido como Reforma Francisco Campos, e as leis do Estado Novo, que foram implementadas entre 1942 e 1946. Nestas, e em outras legislações publicadas no período deste artigo, o ensino de Desenho era indicado.

Num primeiro momento temos que as legislações tendiam a refletir o pensamento inovador de Rui Barbosa, um fervoroso defensor do Método Intuitivo. A partir da sua admissão na Comissão de Instrução Pública da Câmara, em 1880, ele recebe a relatoria da reforma do ensino primário proposta por Carlos Leôncio, que elabora a pedido do Imperador D. Pedro II. Durante quatro anos Barbosa buscou subsídios para propor uma série de melhorias para o ensino brasileiro. Assim, elaborou uma série de pareceres nos quais defende a inclusão da Educação Física, da Educação Musical, do Desenho e das atividades manuais no currículo escolar, numa tentativa de estabelecer as bases para um ensino profissionalizante, necessário para industrialização, bem como a utilização do Método Intuitivo como estratégia de intervenção na sala de aula. Assim, o Desenho era de suma importância para o programa de escola elementar pensado por ele, devido ao fato de que este se encontrava associado ao desenvolvimento econômico do país.

Com a Proclamação da República, novos ares se faziam necessários para a educação brasileira. Desta forma temos a Constituição da República, de 1890, em que o liberalismo que nela se imprimia determinava que o ensino fosse leigo e livre em todos os níveis e gratuito no ensino primário. Esta afirmação foi repetida no primeiro decreto educacional da República, na Reforma Benjamim Constant. No Decreto 981, de 8 de novembro de 1890 (quase um ano após a Proclamação da República) o ensino primário deveria ser livre, gratuito e laico e dividido em duas etapas - o ensino primário de primeiro grau e de segundo grau. O ensino primário de primeiro grau era dividido em três cursos - o elementar (para alunos de 7 a 9 anos), o médio (para os de 9 a 11 anos) e o superior (para os de 11 a 13anos) - e com a seguinte distribuição de conteúdos definida no seu artigo 3:

O ensino das escolas primarias do 1º gráo, que abrange tres cursos, comprehende:

---

<sup>3</sup> Também conhecida como Lei Rocha Vaz.

Leitura e escripta;  
 Ensino pratico da lingua portugueza;  
 Contar e calcular. Arithmetica pratica até regra de tres, mediante o emprego, primeiro dos processos espontaneos, e depois dos processos systematicos;  
 Systema metrico precedido do estudo da geometria pratica (tachymetria);  
 Elementos de geographia e historia, especialmente do Brazil;  
 Lições de cousas e noções concretas de sciencias physicas e historia natural;  
 Instrucção moral e civica;  
 Desenho;  
 Elementos de musica; Gymnastica e exercicios militares;  
 Trabalhos manuaes (para os meninos);  
 Trabalhos de agulha (para as meninas);  
 Noções praticas de agronomia.

(Brasil, 1890)

Já o ensino primário de segundo grau era dividido em três classes, conforme o artigo 4, e com o seguinte currículo:

O ensino das escolas primarias do 2º gráo, que abrange tres classes, comprehende:  
 Calligraphia;  
 Portuguez;  
 Elementos de lingua franceza;  
 Arithmetica (estudo complementar). Algebra elementar. Geometria e trigonometria;  
 Geographia e historia, particularmente do Brazil;  
 Elementos de sciencias physicas e historia natural applicaveis ás industrias, á agricultura e á hygiene;  
 Noções de direito patrio e de economia politica;  
 Desenho de ornato, de paisagem, figurado e topographico;  
 Musica;  
 Gymnastica e exercicios militares;  
 Trabalhos manuaes (para os meninos) e Trabalhos de agulha (para as meninas).  
 Paragrapho unico. A instrucção moral e civica não terá curso distincto, mas occupará constantemente e no mais alto gráo a attenção dos professores.

(Brasil, 1890)

Em suas classes somente poderiam atuar dois tipos de professores de acordo com o artigo 14:

Só podem exercer o magisterio publico primario os alumnos ou os graduados pela Escola Normal.  
 § 1º Dividem-se os professores em duas categorias:

Professor adjunto - o que tiver pelo menos a aprovação nas materias das tres primeiras series da Escola Normal, e um anno de pratica na escola de applicação, de accordo com o decreto n. 407 de 17 de maio de 1890;

Professor primario – o que tiver pelo menos todo o curso da mesma Escola.

(Brasil, 1890)

De acordo com o Decreto 407, de 1890, os alunos provenientes da Escola Normal tinham em sua formação o Desenho, vinculado ao Curso de Artes<sup>4</sup>, curso este que era dividido dentro dos cinco anos que compunham a formação normal. Assim, podemos acreditar que os professores formados pela Escola Normal do Distrito Federal estavam preparados para assumir o ensino de Desenho que era parte integrante de seus programas básicos das escolas primárias.

O Desenho, como disciplina escolar, aparecia nos dois níveis do ensino primário e, tal como nas outras disciplinas do curso primário de primeiro grau, teria que empregar o Método Intuitivo constantemente, usando o livro didático como simples auxiliar<sup>5</sup>.

Avançando no tempo, temos em 1901, outra legislação publicada no Distrito Federal que se refere ao ensino primário. O Decreto 844, de 19 de dezembro de 1901, reforça que o ensino primário é laico e gratuito<sup>6</sup>. O capítulo 2 determina, em seu artigo 6º, que:

O ensino nas escolas primarias, que abrange três cursos (elementar, medio e complementar), e é dado em quatro classes, das quaes duas do primeiro curso, compreenderá:

Leitura, escripta e ensino pratico da lingua materna;

Contar e calcular, arithmetica pratica até regra de três, mediante o emprego, primeiro dos processos espontâneos e depois dos processos systematicos;

Systema metrico, precedido do estudo da geometria pratica (tachymetria);

Elementos da geografia e historia, especialmente a da America e a do Brasil.

Licções de cousas e noções concretas de sciencias physicas e historia natural;

Instrucção moral e civica;

Desenho<sup>7</sup>;

<sup>4</sup> Decreto 407, de 17 de maio de 1890, Capítulo 1, artigo 3.

<sup>5</sup> Decreto 981, de 8 de novembro de 1890, Título II, artigo 3, § 2º.

<sup>6</sup> Decreto 844, de 19 de dezembro de 1901, Capítulo 1, artigo 2º.

<sup>7</sup> Vemos que o Desenho continua como disciplina componente do curso primário.

Cantos escolares e patrióticos em tessituras apropriadas para crianças de 9 a 14 annos;  
Gymanastica;  
Trabalhos manuais;  
Trabalhos de agulha (para meninas).

(Brasil, 1901)

Ainda no artigo 6º, em seu §1º, o decreto determina que “... em todos os três cursos será de preferencia, para todas as disciplinas, empregado o metodo intuitivo” (Brasil, 1901).

Podemos verificar que o uso do método intuitivo era indicado nas duas legislações que se referiam ao ensino primário propostas nos anos iniciais da República no Distrito Federal. Algumas disciplinas foram incluídas na escola primária para que o nível educacional da população se elevasse e a inclusão do Desenho foi uma delas. Neste caso, a inclusão seria de fundamental importância para a República que se instaurava no país, pois auxiliaria na elevação do nível educacional da população e viabilizaria a industrialização que se iniciava.

A próxima legislação publicada no Distrito Federal que tratou do ensino primário foi a Reforma João Luiz Alves, editada em 1925. Nela o governo da União entrava em acordo com Estados para promover a difusão do ensino primário nos Estados a fim de que se estabelecesse e se mantivesse escolas nos respectivos territórios. Nesta legislação, que é bem ampla e se referia a vários temas, o Desenho aparecia como parte integrante do exame de admissão ao secundário, o que indicava a continuidade do Desenho no ensino primário.

Em 1932, cerca de dois anos após a deposição de Júlio Prestes por uma junta militar, um grupo de educadores capitaneados por Fernando de Azevedo, reuniram-se e escreveram o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, onde propunham uma reforma para a educação nacional.

No texto, seus signatários criticavam o sistema educacional da época por ser fragmentado e desarticulado, uma vez que faltava integração e continuidade nos planos de reformas no sistema escolar. Segundo eles a educação deveria se basear em conhecimentos científicos específicos, filosóficos e gerais, para que o educador pudesse perceber além do “aparente e do efêmero, o jogo poderoso das grandes leis que dominam a evolução social” (Azevedo et al, 2010).

Assim, a Educação Nova era uma resposta ante a velha estrutura educacional, sem que a educação fosse um privilégio das classes mais abastadas, mas assumindo seu caráter biológico deverá reconhecer as aptidões naturais dos indivíduos. A Educação Nova então não deveria servir aos interesses de classe, mas aos interesses dos indivíduos.

Segundo seus signatários, a Escola Nova:

... não considera a função educacional como uma função de superposição ou de acréscimo, segundo a qual o educando é “modelado exteriormente” (escola tradicional), mas uma função complexa de ações e reações em que o espírito cresce de “dentro para fora”, substitui o mecanismo pela vida (atividade funcional) e transfere para a criança e para o respeito de sua personalidade o eixo da escola e o centro de gravidade do problema da educação.

(Azevedo et al, 2010)

Se contrapondo a escola tradicional que apresentava tendências onde o aluno era apenas expectador de uma apresentação tecnicista, a Escola Nova basear-se-ia nas atividades que surgissem espontaneamente, dirigidas afim de satisfazer as necessidades do próprio indivíduo. Segundo seus propositores,

... O que distingue da escola tradicional a escola nova não é, de fato, a predominância dos trabalhos de base manual e corporal, mas a presença, em todas suas atividades, do fator psicobiológico do interesse, que é a primeira condição de uma atividade espontânea e o estímulo constante ao educando (criança, adolescente ou jovem) a buscar todos os recursos ao seu alcance, “graças à força de atração das necessidades profundamente sentidas”. É certo que, deslocando-se, por esta forma, para a criança e para seus interesses, móveis e transitórios, a fonte de inspiração das atividades escolares, quebra-se a ordem que apresentavam os programas tradicionais do ponto de vista da lógica formal dos adultos, para os pôr de acordo com a “lógica psicológica”, isto é, com a lógica que se baseia na natureza e no funcionamento do espírito infantil.

(Azevedo et al, 2010)

No que se refere às propostas para a reconstrução educacional, os signatários do Manifesto da Escola Nova, propunham uma ““ unidade no fim geral da educação” e dos princípios e métodos comuns a todos os graus e instituições educativas”, visto que os níveis de ensino não se comunicavam entre si. Propõem também, uma

... reforma integral da organização e dos métodos de toda a educação nacional, dentro do mesmo espírito que substitui o conceito estático do ensino por um conceito dinâmico, fazendo um apelo, dos jardins de infância à universidade, não à receptividade, mas à atividade criadora do aluno.

(Azevedo et al, 2010)

Em relação às influências deixadas pelo Manifesto da Escola Nova, tivemos várias legislações escritas na década de 30 que se baseavam nela, tais como o conjunto de leis publicadas entre 1930 e 1936 (em particular a Reforma do Ensino Secundário de 1932), bem como a criação por Anísio Teixeira em 1935 de um Instituto de Educação na Faculdade de Educação da Universidade do Distrito Federal.

Analisando do ponto de vista do Desenho, Barbosa (2015) destaca que a reforma que mais foi eficiente foi a do Distrito Federal. Segundo a autora, havia um processo contínuo de atualização para os professores e o Desenho recebia a mesma atenção que outras disciplinas, abandonando a ênfase excessiva que era dada para o Desenho Geométrico para uma prática mais efetiva do Desenho de imaginação, do Desenho decorativo, do Desenho gráfico e do Desenho de observação.

No período do Estado Novo, as legislações só voltaram a se relacionar com o que o Manifesto da Escola Nova tratava no período entre 1942 e 1946, com a publicação de uma série de leis que se referiam entre outros temas ao ensino primário e ao ensino secundário.

No que se referia ao ensino primário foi publicada a Lei Orgânica do Ensino Primário, Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946. Nesta legislação, no seu artigo 1º eram definidas as suas finalidades e no artigo 2º, as categorias do ensino (primário fundamental elementar ou complementar e supletivo). Nesta legislação, o capítulo III, definia quais os cursos que se seguiriam ao ensino primário, conforme o texto a seguir:

Art. 5º O ensino primário manterá da seguinte forma articulação com as outras modalidades de ensino:

1. O curso primário elementar com os cursos de artesanato e com os de aprendizagem industrial e agrícola.
2. O curso primário complementar com os cursos ginásial, industrial, agrícola e de formação de regentes de ensino elementar.
3. O curso supletivo com os cursos de aprendizagem agrícola e industrial e com os de artesanato, em geral.

Art. 6º Os cursos de jardim de infância se articularão com o curso primário elementar.

(Brasil, 1946)

No título II, o artigo 7º que tratava do ensino primário complementar definia que:

O curso primário elementar, com quatro anos de estudos, compreenderá: I. Leitura e linguagem oral e escrita. II. Iniciação matemática. III. Geografia e história do Brasil. IV. Conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho. V. *Desenho e trabalhos manuais*.<sup>8</sup> VI. Canto orfeônico. VII. Educação física.

(Brasil, 1946, *grifo nosso*)

No capítulo III, o artigo 8º que voltava-se ao ensino primário supletivo, determinava que:

Art. 9º O curso supletivo, para adolescentes e adultos, terá dois anos de estudos, com as seguintes disciplinas:

I. Leitura e linguagem oral e escrita.

II. Aritmética e geometria.

III. Geografia e história do Brasil.

IV. Ciências naturais e higiene.

V. Noções de direito usual (legislação do trabalho, obrigações da vida civil e militar).

VI. *Desenho*.<sup>9</sup>

*Parágrafo único*. Os alunos do sexo feminino aprenderão, ainda, economia doméstica e puericultura.

(Brasil, 1946, *grifo nosso*)

Ainda de acordo com a legislação, o artigo 12 determinava que:

Art. 12. O ensino primário obedecerá a programas mínimos e a diretrizes essenciais, fundamentados em estudos de caráter objetivo, que realizem os órgãos técnicos do Ministério da Educação e Saúde, com a cooperação dos Estados.

*Parágrafo único*. A adoção de programas mínimos não prejudicará a de programas de adaptação regional, desde que respeitados os princípios gerais do presente decreto-lei.

(Brasil, 1946)

Os artigos citados acima indicam que o ensino de Desenho fazia parte do currículo do curso primário, incluindo o Curso Primário Supletivo. Os programas, de acordo com o texto da legislação, seriam construídos pelo Ministério da Educação e Saúde, em cooperação com os Estados.

---

<sup>8</sup> Grifo próprio.

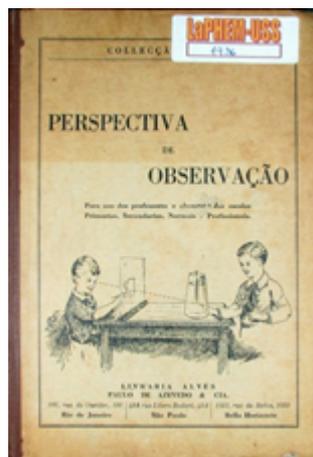
<sup>9</sup> Grifo próprio.

De acordo com este levantamento, vimos que o ensino de Desenho esteve sempre presente no ensino primário do Distrito Federal, sendo um dos meios importantes de se construir conhecimento, visto que tanto Rui Barbosa, que propunha o uso das lições das coisas, quanto o grupo de Fernando de Azevedo, que escreveu o Manifesto da Escola Nova e que propunha um maior dinamismo na educação, indicam o Desenho como disciplina que deva estar presente nos currículos.

### A OBRA “PERSPECTIVA DE OBSERVAÇÃO”

A obra “Perspectiva de Observação: para uso dos professores e alunos das escolas primárias, secundárias, normais e profissionais”, da FTD<sup>10</sup> foi publicada em 1930 e a edição que tivemos à nossa disposição para análise, pertence ao acervo do LaPHEM<sup>11</sup> é de 1936. Nesta época, as obras publicadas pela Editora FTD não explicitavam os seus autores, por isso não temos indicação do autor ou autores desta obra. Vamos retomar a análise deste livro que foi iniciada em nossa dissertação de mestrado<sup>12</sup>.

Figura 1 - Capa da obra "Perspectiva de Observação"



Fonte: FTD (1936, capa).

<sup>10</sup> A sigla FTD foi “uma homenagem a Frère Théophile Durand, Irmão Superior-Geral do Instituto Marista de 1883 a 1907. [...] Foi registrada como marca comercial no momento em que houve necessidade de abrir uma empresa editorial, por volta de 1890” (Disponível em <http://www.ftd.com.br/a-ftd/a-historia/>).

<sup>11</sup> Laboratório de Pesquisa em História da Educação Matemática

<sup>12</sup> “O desenho escolar no Rio de Janeiro: uma história de 1890 à 1964”, disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/134650>.

Esta obra estava dividida em três partes: a introdução, denominada de noções preliminares, a primeira parte, que era dedicada ao estudo da perspectiva linear e a segunda parte, dedicada ao estudo da perspectiva aérea.

Nas noções preliminares, o autor diferencia a Perspectiva Geométrica da Perspectiva de Observação. A Perspectiva Geométrica baseava-se na Geometria Descritiva, ou Exata, que descrevia os objetos com o rigor geométrico, enquanto que a Perspectiva de Observação deduzia suas regras práticas da simples observação do objeto. Ambas, de acordo com o livro, são divididas em Perspectiva Linear que estuda os contornos aparentes e os limites de luz e sombra e Perspectiva Aérea que, a partir da perspectiva linear, estuda a formas de reproduzir a iluminação e as cores dos objetos.

Após estas definições, existe uma observação em que os autores da obra, defendiam vigorosamente que o ensino da Perspectiva de Observação está ao alcance de todos e de todas as idades. Segundo os autores, mesmo nas escolas primárias a Perspectiva de Observação “pode ser ensinada com facilidade e deve constituir a base do ensino de desenho” (FTD, 1936). Assim, o “desenho, e em particular o desenho do natural geralmente tão maltratado, é de grande utilidade” (FTD, 1936).

Continua dizendo que é no ponto de vista educativo que o ensino de desenho “às vezes, é sacrificado nas escolas. Faz-se do desenho e principalmente do desenho perspectivo, um formulário empírico, baseado em recursos pouco sinceros que a bôa pedagogia deve banir das escolas” (FTD, 1936).

Segundo os autores, a “simplicidade do mecanismo geométrico” é o que faz com que os professores preferissem sujeitar os alunos às cópias de exercícios de linhas e figuras geométricas em detrimento à observação do natural, e quando o exercício é mais complexo, os mestres buscam simplificar as construções por meio de “processos expeditos”, pouco ou nada científicos, que geram construções amorfas, sem valor artístico ou prático.

Ainda falando do papel do professor, a obra dizia que ele “deve interessar o aluno na reprodução dos objetos tais como os vê” (FTD, 1936), ensinando aos aprendizes a observar com atenção, fixando na memória as diversas formas para interpretá-las de forma conveniente, preparando-os assim para o desenho do natural e o desenho de imaginação. Citando o professor Nerêo de Sampaio, a obra diz que a

escola não deve apenas interessar o aluno na reprodução das coisas tal como as vê. É necessário despertar-lhe a curiosidade para as várias manifestações dessa faculdade.

O desenho permite a representação das imagens que vemos ou idealizamos e, assim, o desenho de imaginação envolvendo os elementos de composição decorativa deverá ser exercitado nas escolas com duplo objetivo de desenvolver o espírito investigador e difundir noções de bom gosto.

(FTD, 1936)

Ainda nesta introdução, a obra da FTD, dizia que a Perspectiva de Observação deve fazer parte dos programas das escolas primárias, secundárias, normais e profissionais. Justificava esta posição utilizando os seguintes argumentos: no curso preparatório, o trabalho inicial deveria ser o de desenvolver o interesse pela observação natural para servir de base para a educação da vista, no curso médio, as noções de perspectiva deveriam ser adquiridas pela observação, e somente depois dos aspectos observados é que o professor deveria deduzir teorias científicas e traçados geométricos, com aplicação de sombras e coloridos e por fim, no curso superior, teria por finalidade a apresentação de croquis (tanto do reino vegetal, quanto de objetos usuais e arquitetônicos), o traçado de sombras e a verificação geométrica dos princípios de observação, a fim de desenvolver um estudo mais científico do desenho.

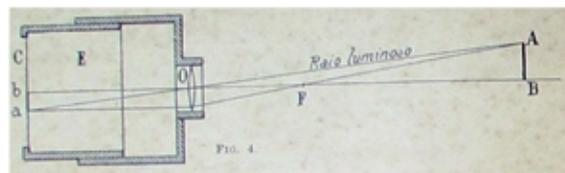
A partir desta introdução, ficava claro que a obra da FTD tem como objetivo aplicar os conceitos preconizados pelos signatários do Manifesto da Educação Nova, já que ao substituir os exercícios de cópias “mecanizadas” de linhas e figuras por atividades de observação do natural, o professor faria com que o aluno passasse a ter interesse pelas atividades de desenho, tornando-as mais dinâmicas e que pudessem ser utilizadas em outras situações em que os alunos as reconhecessem.

Após esta introdução, a primeira parte da obra foi dedicada à perspectiva linear e tratava de teoria da visão (com uma grande imagem de como a visão se forma no globo ocular), ponto de vista (englobando a linha do horizonte e os quadros), observação e comparação (linhas proporcionais), feixe de paralelas e divisão em partes proporcionais (incluindo a escala), estudo das formas prismáticas (incluindo as formas piramidadas), estudo dos objetos de revolução (perspectiva do círculo e aplicações em figuras usuais) e aplicações diversas (incluindo os sólidos adornados).

Nesta primeira parte, os autores mostram um bom exemplo de como, através de uma analogia entre a câmara escura de um aparelho fotográfico e o olho humano. Nesta

analogia a obra descrevia como se forma a imagem na retina humana comparando como esta é construída na câmera. A seguir, temos a gravura que auxilia na descrição que seguia na obra contendo tal analogia.

Figura 2 - O fenômeno da visão.



**b) — Phenômeno da visão.** — A vista é comparável à câmara escura de um aparelho photographico, (Fig. 4): o cristallino serve de *objectiva*, O, a iris e a pupilla de *diaphragma*, a choroide forma a *câmara escura*, E, e a retina é a *chapa sensivel*, C, sobre a qual vem formar-se a imagem invertida *ab*. Os raios luminosos, ao atravessarem

os meios *refrangentes* do globo ocular (humor aquoso, cristallino, humor vitreo), são refractados, e convergem para um ponto O, *centro optico* do olho. Estes raios vão formar sobre a retina uma imagem real e invertida do objecto que se olha.

Quando a imagem de um objecto vem formar-se exactamente sobre a mancha amarella, dizemos que percebemos *distinctamente* o objecto. Na realidade, só podemos perceber ao mesmo tempo e distinctamente uma porção muito limitada da superficie do objecto. A visão do objecto compõe-se da visão consecutiva de uma multidão de pontos do objecto, para os quais a mancha amarella se dirige successivamente pelo movimento rapidissimo do globo ocular.

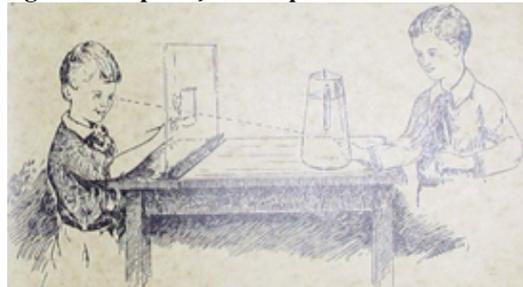
A impressão da retina, transmite-se ao *cérebro* onde se completa o mecanismo da visão.

Fonte: FTD (1936, p. 6).

Nesta parte do livro são mostradas figuras, representando alunos e/ou aluno e professor, e as formas de obtenção de elementos básicos para o desenho do natural, tais como a linha do horizonte, a ideia de proporcionalidade, as deformações aparentes de figuras em função dos ângulos de perspectiva. E quando trata de um tema de desenho geométrico, como a divisão de retas em partes proporcionais, este é direcionado para uma aplicação prática. Nesta parte, existem alguns exercícios práticos.

**Figura 3 - Indicação da obtenção da linha do horizonte pelo aluno.**

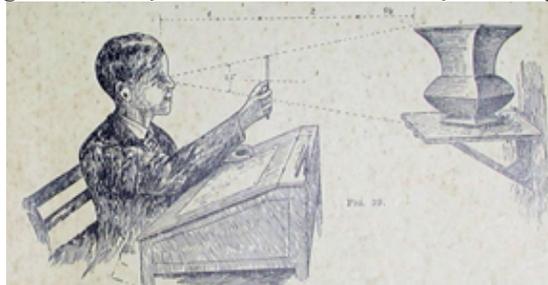
Fonte: FTD (1936, p. 9).

**Figura 4 - Aplicação do aparelho de Da Vinci<sup>13</sup>.**

Fonte: FTD (1936, p. 11).

**Figura 5 - Aplicação do falso esquadro**

Fonte: FTD (1936, p. 20).

**Figura 6 - Posição do desenhista em relação ao objeto**

Fonte: FTD (1936, p. 25).

A segunda parte do livro se referia à perspectiva aérea. O assunto foi distribuído em estudo de luz e sombra (incluindo a ideia de reflexo), traçado de sombras (incluindo o efeito de luz e sombras sobre superfícies e nos próprios objetos e o traçado geométrico das mesmas), o estudo de paisagens, perspectiva da figura humana, os processos de monocromia e policromia de desenhos (abordando os processos e as técnicas). Nessa segunda parte, o livro trazia uma série de ilustrações coloridas em um papel de melhor qualidade (4 páginas com 10 ilustrações).

Nesta segunda parte, os efeitos em relação à aplicação de luzes e sombras apareciam explicados em todos os seus pontos: as fontes de luz que geram sombras, aplicação da técnica de claro x escuro e hachuramento para dar noção de profundidade bem como o trabalho com a lei da reflexão (em especial nas figuras que se referiam a imagens que envolvem água).

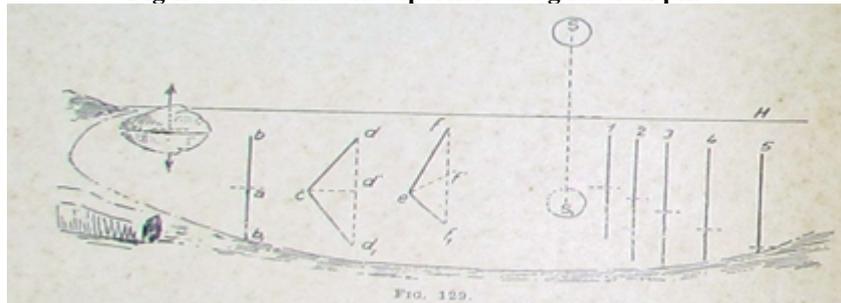
<sup>13</sup> O aparelho de Da Vinci é constituído por um vidro na vertical no qual são feitas as representações.

**Figura 7 - Aplicação do claro versus escuro e hachura.**



Fonte: FTD (1936, p. 64).

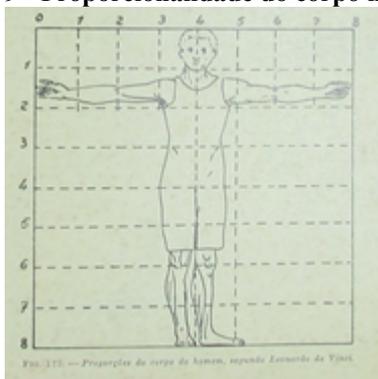
**Figura 8 - Reflexo em superfície de águas tranquilas.**



Fonte: FTD (1936, p. 68).

Ainda neste capítulo, existiam construções que se referiam à perspectiva da figura humana onde eram indicadas as proporções para que se desenhasse um ser humano, com medidas proporcionais de corpo, cabeça e membros. Na sequência, o estudo de monocromia e policromia trazia algumas técnicas de pintura de figuras e por fim, imagens coloridas, sendo estas uma das primeiras figuras coloridas desde período incorporadas em uma obra educacional.

**Figura 9 - Proporcionalidade do corpo humano.**



Fonte: FTD (1936, p. 89).

**Figura 10 - Aplicação de cores.**



Fonte: FTD (1936, p. 89).

## CONCLUSÕES

Ao analisarmos as legislações do Distrito Federal do início do século XX que tratavam do ensino primário, observamos que todas procuram utilizar-se das instruções de Rui Barbosa sobre as “lições das coisas”, incluindo este item inclusive como uma disciplina no curso primário (legislações de 1890 e 1901). Com a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, em 1932, as novas legislações passaram a sofrer influência da Escola Nova, fazendo com que uma nova visão se aplicasse ao ensino do Desenho no primário. Barbosa (2015) destaca isso quando afirma que o Desenho Geométrico deixa de ser a parte mais importante do currículo, abrindo espaço para as outras categorizações do Desenho.

Caminhando nessa vertente é que a obra “Perspectiva de Observação” se faz notar como um bom representante desta mudança de direção. Nela, temos a estruturação dos assuntos relativos à visão do aluno em relação ao mundo que o cerca. A obra trazia uma divisão do tema que, segundo os autores, poderia ser feita a partir do ensino primário e levado até o ensino superior, o que fazia da perspectiva de observação um conteúdo útil desde a tenra infância.

Nas legislações que se seguiram à publicação desse livro encontramos o Desenho como disciplina em 1946, tanto no ensino primário complementar quanto no ensino primário supletivo. Esta legislação também refletia o que os signatários do Manifesto da Escola Nova pensavam sobre educação. Junto ao Desenho, a legislação propunha que os trabalhos manuais fossem também trabalhados pelas crianças no primário.

Acreditamos que o Desenho, no ensino primário, se manteve como disciplina integradora de conhecimentos, fazendo com que o aluno pudesse fazer uma leitura do mundo de forma a construir sua identidade. Essa construção iria, segundo os educadores da época, construir alunos investigadores e que utilizariam tal conhecimento para criar novas representações, fugindo assim de educação estática e caminhando para uma educação dinâmica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Azevedo, F. *et al.* (2010). *Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959)*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf> . Acesso em 10/06/2016.

Barbosa, A. M. (2015). *Redesenhando o Desenho: Educadores, política e história*. São Paulo: Cortez Editora.

Brasil. (1890). *Coleção de Leis do Brasil – 1890*. Decreto 981, de 8/11/1890 – Approva o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal. Fascículo XI, p. 3474. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/124972> . Acesso em 20/06/2016.

Brasil. (1901). *Diário Oficial da União*. Decreto 844, de 19/12/1901 – Regula o ensino primário do Distrito Federal. Boletim da Intendencia Municipal publicado pela Directoria Geral do Interior e Estatística. Outubro a Dezembro de 1901. (Anno XXXIX). Rio de Janeiro. Typographia da Gazeta de Noticias. 1902. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/124607> . Acesso em 20/06/2016.

Brasil. (1925). *Diário Oficial da União*. Decreto 16782 A, de 13/1/1925 – Estabelece o concurso da União para a difusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional de Ensino, reforma o ensino secundário e o superior e dá outras providências. Publicado em 6/2/1925, seção 1, p. 8541. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104707> . Acesso em 20/06/2016.

Brasil. (1946). *Diário Oficial da União*. Decreto 8529, de 2/1/1946 – Lei Orgânica do Ensino Primário. Publicado em 4/1/1946, seção 1, p. 113. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/116986> . Acesso em 20/06/2016.

FTD. (1936). *Perspectiva de observação: para uso dos professores e alumnos das escolas primarias, secundarias, normais e profissionais*. Rio de Janeiro: Livraria Paulo de Azevedo & Cia.

Gaspar, J. A. S. (2014). *O Desenho Escolar no Rio de Janeiro: Uma História de 1890 a 1964*. Dissertação de mestrado, Universidade Severino Sombra, Vassouras, RJ, Brasil. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/134650>. Acesso em 20/05/2016.